

O DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM E O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA A PROMOÇÃO DE UMA INCLUSÃO PARA TODOS

Gabrielle Lenz da Silva ¹
Cleonice Bosa ²

RESUMO

No contexto educacional contemporâneo, o Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) tem se destacado como uma abordagem pedagógica inclusiva, buscando atender à diversidade de habilidades, estilos de aprendizagem e necessidades dos alunos. Os princípios do DUA, defendem que o design flexível das atividades de aprendizagem pode beneficiar a todos os alunos, promovendo um ambiente educacional mais acessível. Paralelamente, o Plano Educacional Individualizado (PEI) representa uma ferramenta crucial no suporte a alunos com necessidades específicas, oferecendo diretrizes personalizadas para a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas. O PEI é importante na promoção da equidade e na garantia de uma educação que atenda às singularidades de cada aluno. O presente trabalho, se propõe, através de uma revisão narrativa de literatura, a explorar as implicações e contribuições do Plano Educacional Individualizado (PEI) nos planejamentos de aula orientados pelo Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). A interseção entre o DUA e o PEI é explorada nesta pesquisa como um ponto estratégico para a efetivação da inclusão educacional. A personalização oferecida pelo PEI pode potencializar a aplicação prática dos princípios do DUA, resultando em ambientes de aprendizagem mais acessíveis e eficazes. Essa pesquisa contribui para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficientes, oferecendo insights valiosos para educadores, gestores e pesquisadores interessados na promoção de uma educação que atenda verdadeiramente às necessidades individuais de todos os alunos.

Palavras-chave: Desenho Universal para a Aprendizagem, Plano Educacional Individualizado, Inclusão Escolar.

INTRODUÇÃO

A inclusão escolar, no Brasil, passou a ser amplamente discutida a partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), importante legislação nacional sobre a luta pela inclusão escolar. Esta Política assegura a inclusão de todos os estudantes com deficiência, garantindo não só acesso à escola regular, mas também a participação, a permanência e a aprendizagem em classes comuns. Mais recentemente, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão, também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (Brasil, 2015). Esta orienta a respeito da inclusão social, previdenciária

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, gabelenz@hotmail.com;

² Professora Orientadora: Doutora em Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, cleonicebosa@gmail.com;

e escolar, trazendo ações que as escolas e os professores devem realizar para que a inclusão aconteça. Dentre estas ações, Redig, Mascaro e Dutra (2017), citam a necessidade de perceber as particularidades dos estudantes com deficiência, adequar as ações pedagógicas às necessidades do aluno, avaliar constantemente se o que está sendo feito está de acordo com o que preza a inclusão escolar e com aquilo que o discente precisa e trabalhar em equipe, para que a inclusão escolar parta de uma unidade de trabalho.

A inclusão escolar é um processo que tem como objetivo assegurar a participação e o progresso escolar de todos os alunos em instituições regulares de ensino, minimizando os impactos da deficiência na aprendizagem. Dessa maneira, a deficiência é vista a partir das barreiras no ambiente que dificultam a participação de todos, não como uma lesão/doença a ser tratada, tomando consciência de que o ambiente tem responsabilidade sobre o desenvolvimento da pessoa com limitação funcional (Gesser et al., 2012). De acordo com Mantoan (2002), a inclusão visa melhorar a qualidade do ensino, sendo realizada de maneira individualizada, levando em conta as demandas individuais de cada estudante. Durante o processo de inclusão escolar, a escola passa por mudanças estruturais e comportamentais para atender aos alunos com deficiência, adotando medidas que atendem às demandas do aluno, visando sua participação e progresso acadêmico. Para Glat, Pletsch e Fonte (2007),

Educação Inclusiva não consiste apenas em matricular o aluno com deficiência em escola ou turma regular como um espaço de convivência para desenvolver sua ‘socialização’. A inclusão escolar só é significativa se proporcionar o ingresso e permanência do aluno na escola com aproveitamento acadêmico, e isso só ocorrerá a partir da atenção às suas peculiaridades de aprendizagem e desenvolvimento.”
(GLAT, PLETSCHE E FONTE, p. 335, 2007)

De acordo com Redig et al. (2017), a inclusão deve ser considerada como uma forma de igualdade de oportunidades para o estudante, ou seja, os alunos com deficiência recebem as mesmas oportunidades, mesmo que de maneiras diferentes. Mello e Hostins (2018) sustentam que é preciso orientar os sistemas de ensino para incentivar e garantir a educação inclusiva, com foco em políticas públicas que incentivem a inclusão escolar. É essencial seguir diretrizes que promovam a igualdade, a acessibilidade e a participação plena de estudantes com deficiência. Inicialmente, é imprescindível permitir o acesso físico e tecnológico às instalações e recursos da escola, assegurando que alunos com deficiência possam ter uma participação plena nas atividades escolares. Ademais, é importante fornecer suporte e planejamento personalizados e ajustados às demandas específicas de cada estudante, por meio de serviços de

suporte, tais como recursos de tecnologia assistiva, acompanhamento de especialistas qualificados e acomodações e modificações curriculares. Também é crucial assegurar a formação continuada dos professores e da equipe escolar, capacitando-os para atender às necessidades dos alunos com deficiência e incentivar práticas pedagógicas inclusivas.

Outro aspecto relevante é a colaboração entre todos os integrantes da comunidade escolar, como professores, pais, alunos e equipe de apoio externa à escola. A colaboração é essencial para identificar e responder de maneira eficiente às demandas individuais dos estudantes com deficiência, assegurando seu pleno desenvolvimento acadêmico, social e emocional, tornando a equipe responsável pela inclusão do estudante. É de suma importância incentivar políticas e estratégias de inclusão em todos os níveis do sistema educacional, assegurando que todas as escolas tenham os recursos e o suporte necessários para oferecer uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos (Costa et al., 2023). Atualmente, tem sido recorrente na literatura nacional, a apresentação do Plano Educacional Individualizado e do Desenho Universal para a Aprendizagem como ferramentas e modelos que vão ao encontro de uma educação inclusiva de qualidade. O presente trabalho, se propõe, através de uma pesquisa bibliográfica, a explorar as implicações e contribuições do Plano Educacional Individualizado (PEI) nos planejamentos de aula orientados pelo Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA). A interseção entre o DUA e o PEI é explorada nesta pesquisa como um ponto estratégico para a efetivação da inclusão educacional.

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO

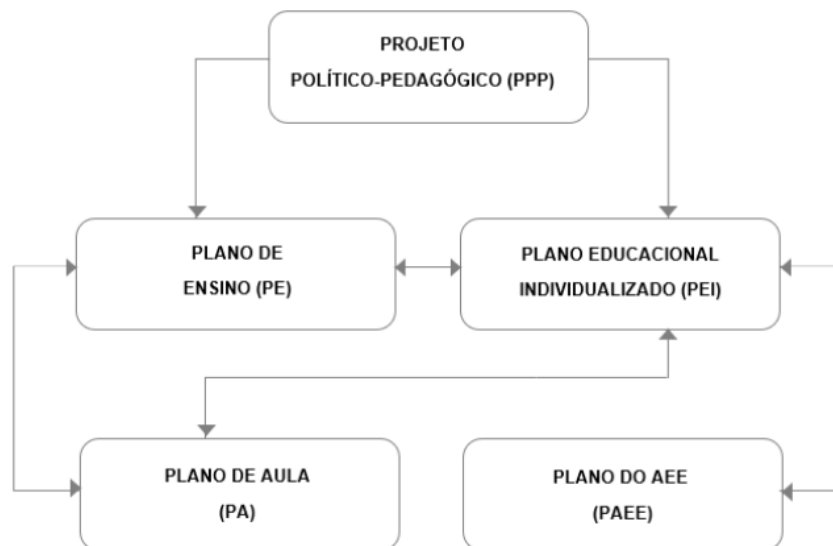
O Plano Educacional Individualizado (PEI) é uma metodologia de trabalho colaborativo (Costa; Schmidt, 2019) crucial no suporte a alunos com necessidades educacionais específicas, pois oferece diretrizes personalizadas para a adaptação do currículo e práticas pedagógicas. Cruz et al. (2015) ressaltam sua importância na promoção da equidade e na garantia de uma educação que atenda às singularidades de cada aluno. Para Redig, Mascaro e Dutra (2017), O PEI deve ser elaborado de forma colaborativa com os diferentes profissionais que trabalham com o estudante com deficiência, ou seja, professor da sala regular, professor especialista ou professor do AEE, outros profissionais que atendam o aluno fora da escola, pais do estudante e até mesmo o próprio aluno, quando possível. Esta equipe colaborativa é importante para que o PEI seja elaborado e implementado de forma efetiva. No sentido de responsabilidade educacional, é interessante conceber o PEI como um registro formal, um contrato em que os

profissionais pertencentes à equipe concordam e afirmam que irão trabalhar e desenvolver os objetivos traçados e definidos para o estudante (Tannús-Valadão; Mendes, 2018).

A elaboração do PEI deve seguir etapas pré estabelecidas, como a avaliação do nível atual de desempenho do aluno, a definição de objetivos de qualidade, a seleção de acomodações e modificações, recursos e estratégias, e a determinação de como o progresso será avaliado. O PEI tem, obrigatoriamente, um caráter colaborativo. Para Carrilho (2011), o trabalho colaborativo coloca a responsabilidade na equipe, que deve tomar decisões, realizar avaliações e definições a partir de comunicações efetivas, cada um demonstrando seu conhecimento sobre o assunto e aprendendo mutuamente. Segundo Damiani (2008), trabalhar colaborativamente é tomar decisões em conjunto, é assumir, junto com outros profissionais, a responsabilidade pelo que está sendo trabalhado e pelos resultados que serão apresentados. Neste sentido, a elaboração e implementação do PEI deve ser feita por todos os profissionais envolvidos na inclusão escolar de alunos com deficiência. Devido a isto, é importante diferenciar o PEI dos outros tipos de planejamentos escolares.

Segundo Silva et al. (2022, pág 11), há 4 tipos de planos escolares em uma instituição de ensino, sendo todos estes guiados pelo Projeto Político-pedagógico, conforme o fluxograma a seguir:

Proposta de Fluxograma dos Planejamentos Escolares



Fluxograma dos planos escolares.

Fonte: SILVA et al., 2022, pág. 11.

O Plano de Ensino (PE) é definido pelo professor titular, elencando quais competências e habilidades ele pretende realizar em cada bimestre, trimestre ou semestre do ano letivo com

a turma em que trabalha (Vasconcelos, 2002). O Plano Educacional Individualizado (PEI) é definido pela equipe colaborativa, que avaliam o estudante com deficiência, traçam suas potencialidades e necessidades, definem objetivos, selecionam acomodações e modificações necessárias e selecionam as formas de avaliação do progresso do estudante. O PE e o PEI guiam o Plano de Aula do professor. O Plano de Aula (PA) é um detalhamento do que foi definido no Plano de Ensino e no Plano Educacional Individualizado, apresentando quais procedimentos, recursos e atividades serão executadas para desenvolver as habilidades do PE e os objetivos do PEI definidos anteriormente (Libâneo, 2008). Já o Plano do Atendimento Educacional Especializado (PAEE) é o planejamento elaborado e executado pelo professor do AEE na sala de recursos multifuncional, com seu aluno com deficiência.

DESENHO UNIVERSAL PARA A APRENDIZAGEM

Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) é uma estrutura educacional desenvolvida para aprimorar o processo de ensino e aprendizagem para todos os alunos de acordo com as suas especificidades. Este conceito e prática foram desenvolvidos pelo Center for Applied Special Technology (CAST) em parceria com o Departamento de Educação dos Estados Unidos, em 1999 (Nunes; Madureira, 2015). Segundo Zerbato e Mendes (2018), o objetivo do DUA é eliminar qualquer barreira à aprendizagem, não somente para estudantes com deficiência, mas para todos que aprendem de formas diferenciadas. Estratégias de ensino, metodologias e recursos são utilizados pensando em acessibilidade educacional para todos, para que aprendam juntos, mesmo que de maneiras diferentes. Conforme argumentam Silva e Camargo (2021), em um plano de aula elaborado conforme os conceitos e orientações do DUA, as mesmas habilidades e conteúdos são apresentados a todos, utilizando diversas maneiras e possibilidades de ensino, englobando as diferentes formas de aprender.

O CAST (2011) apresenta três princípios norteadores do DUA, que servem como orientação para o planejamento e prática escolar acessíveis. O primeiro princípio é a promoção de Múltiplos Modos de Apresentação, que se refere a maneira como os conteúdos são apresentados e explorados, utilizando uma variedade de métodos. É possível dividir em três categorias: disponibilizar alternativas para a percepção; dar opções para o uso de linguagem, expressões matemáticas e símbolos; e fornecer alternativas para a compreensão. O segundo princípio é Múltiplos modos de ação e expressão, no qual é discutido as diversas maneiras pelas quais o estudante se relaciona com o que está aprendendo e expressa seu conhecimento. Ele é dividido em três subcategorias: oferecer opções para atividades físicas, possibilitar a expressão

e comunicação, e disponibilizar opções para atividades executivas. Por fim, o terceiro princípio, Múltiplos Modos de Engajamento, está diretamente ligado aos aspectos emocionais e motivacionais presentes no processo de ensino e aprendizagem. Este princípio também tem três subcategorias: incentivar o interesse; oferecer opções para o suporte ao esforço e à persistência; e oferecer opções para a autorregulação.

Vitaliano, Prais e Santos (2019) realizaram uma revisão sistemática da literatura com o objetivo de analisar a aplicação do DUA na promoção da educação inclusiva em produções científicas brasileiras. As autoras selecionaram 24 estudos pertinentes sobre o tema de pesquisa, que foram divididos em cinco categorias de análise. Na categoria “Elaboração de material didático”, apresenta-se estudos que discursam sobre a contribuição do DUA para a organização de materiais e recursos didáticos mais inclusivos, que satisfaçam as individualidades educacionais dos estudantes. Em “Formação docente inicial e/ou continuada”, mostra-se os benefícios que a formação em Desenho Universal para a Aprendizagem traz para a prática inclusiva dos professores, os quais refletem sobre seus atos de planejamento e desenvolvimento de estratégias mais acessíveis, proporcionando a participação de todos nas atividades escolares. A categoria “Planejamento de ensino” apresenta como o professor pode aplicar o DUA em seu planejamento de aula, organizando atividades inclusivas e individualizadas, tendo como norte o currículo geral da série/nível de ensino. Em “articulação com outro conceito”, as autoras apresentam pesquisas que apresentam relação entre o DUA com políticas públicas, os currículos vigentes e outras práticas educativas inclusivas. Por fim, a categoria “Prática pedagógica” comenta sobre pesquisas que propõem o DUA como facilitador da inclusão escolar, pois é um subsídio de práticas pedagógicas personalizadas para as necessidades dos estudantes. Nessa pesquisa, as autoras demonstram o potencial que a implementação do Desenho Universal para a aprendizagem têm de alcançar uma prática pedagógica que abarque as necessidades de todos os estudantes.

A partir dos conceitos do Plano Educacional Individualizado (PEI) e do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA), o presente trabalho tem como objetivo explorar as implicações e contribuições do PEI nos planejamentos de aula orientados pelo DUA, através de uma revisão narrativa de literatura. Foram buscados na plataforma de busca Periódicos CAPES, artigos que relacionavam o PEI e o DUA, em inglês e português.

A INTERSEÇÃO ENTRE O PEI E O DUA PARA A INCLUSÃO

O Plano Educacional Individualizado e o Desenho Universal para a Aprendizagem são abordagens e metodologias educacionais que visam criar ambientes de aprendizado inclusivos e eficazes. O PEI, uma ferramenta fundamental na educação inclusiva, é um plano personalizado criado para atender às necessidades educacionais específicas de estudantes com deficiências (Silva et al. 2022). Já o DUA, conforme definido pelo Center for Applied Special Technology (CAST), propõe um conjunto de princípios para desenvolver currículos que proporcionem a todos os indivíduos oportunidades iguais de aprendizado. A integração dessas abordagens pode trazer benefícios significativos para a educação inclusiva.

O PEI proporciona uma estrutura detalhada que identifica as necessidades, objetivos e acomodações específicas para cada aluno com deficiência. Segundo Smith (2019), quando os objetivos do PEI são alinhados com os princípios do DUA, há uma maior probabilidade de sucesso na aprendizagem desses alunos. O DUA sugere métodos variados de apresentação do conteúdo, engajamento dos alunos e expressão do conhecimento adquirido, que podem ser customizados conforme as necessidades descritas no PEI. Assim, o PEI pode orientar os educadores a aplicar os princípios do DUA de maneira mais eficaz e direcionada. Além disso, a implementação do DUA no contexto do PEI pode ajudar a superar barreiras que muitos alunos com deficiência enfrentam. Rose e Meyer (2006) destacam que o DUA promove a flexibilidade no ensino, o que é crucial para acomodar diferentes estilos de aprendizagem e necessidades específicas descritas no PEI. Por exemplo, se um aluno tem dificuldades na leitura, o PEI pode indicar a necessidade de materiais audiovisuais, e o DUA pode sugerir métodos diversos para fornecer esses recursos de forma acessível e envolvente, desenvolvendo os mesmos conteúdos e habilidades que os demais estudantes.

O DUA também enfatiza a importância de múltiplas formas de engajamento, algo essencial para alunos que podem se sentir desmotivados ou excluídos em ambientes de aprendizagem tradicionais. A aplicação dos princípios do DUA, como a oferta de escolhas nos modos de aprendizagem e a personalização dos objetivos de ensino, pode aumentar o envolvimento e a motivação dos alunos. Pesquisa de Hall, Meyer e Rose (2012) sugere que essa abordagem pode resultar em melhoras significativas na participação e desempenho dos alunos com necessidades especiais.

Outro ponto de intersecção entre o PEI e o DUA é a avaliação contínua e adaptativa. O PEI requer avaliações periódicas para monitorar o progresso do aluno e ajustar os objetivos e estratégias conforme necessário. O DUA complementa isso ao promover métodos de avaliação variados e contínuos, que fornecem um retrato mais preciso e dinâmico do progresso do aluno

(Ralabate, 2011). Essa sinergia pode garantir que as avaliações reflitam o verdadeiro potencial dos alunos, considerando suas habilidades únicas e métodos de expressão preferidos.

O desenvolvimento de habilidades de autorregulação é outro benefício significativo. O PEI muitas vezes inclui objetivos relacionados à autorregulação e independência dos alunos. O DUA apoia essas metas ao encorajar estratégias de aprendizado que promovem a autonomia e a autogestão (CAST, 2018). Por exemplo, ao fornecer opções e incentivar a escolha, os alunos aprendem a tomar decisões sobre seu próprio aprendizado, desenvolvendo habilidades essenciais para a vida.

A formação de professores também desempenha um papel crucial na implementação eficaz do PEI e do DUA. Novak (2016) argumenta que professores bem treinados em ambas as abordagens são mais capazes de criar ambientes de aprendizado inclusivos e adaptativos. A formação continuada em DUA pode equipar os educadores com as ferramentas necessárias para adaptar suas práticas de ensino de acordo com as diretrizes do PEI, promovendo uma cultura de inclusão e equidade na sala de aula.

A colaboração entre educadores, pais e especialistas é fundamental para o sucesso do PEI e do DUA. O desenvolvimento de um PEI eficaz requer a contribuição de uma equipe multidisciplinar, e a aplicação dos princípios do DUA pode ser otimizada através de um esforço colaborativo (Katz, 2013). A comunicação contínua e a colaboração garantem que todas as partes envolvidas estejam alinhadas e trabalhando em conjunto para atender às necessidades educacionais dos alunos, promovendo um ambiente de aprendizagem holístico e inclusivo.

Para Hartmann (2015), o DUA oferece uma estrutura valiosa para criar ambientes educacionais mais inclusivos e responsivos. Este estudo relaciona-se com o Plano Educacional Individualizado ao demonstrar como os princípios do DUA podem ser integrados para atender às necessidades específicas detalhadas no PEI de cada aluno. Hartmann (2015) destaca que o DUA, ao oferecer múltiplos meios de representação, ação e expressão, e engajamento, proporciona uma estrutura flexível que pode ser personalizada conforme as metas e acomodações descritas no PEI. Isso permite que os educadores desenvolvam estratégias de ensino mais inclusivas e adaptativas, promovendo acessibilidade e participação efetiva de alunos com necessidades de suporte severas. Ao alinhar o DUA com o PEI, os educadores podem criar ambientes de aprendizagem que não apenas atendam às necessidades individuais dos alunos, mas também potencializem seu engajamento e sucesso acadêmico.

A integração do Plano Educacional Individualizado com o Desenho Universal para a Aprendizagem pode criar um ambiente de aprendizagem mais inclusivo e eficaz para alunos com deficiências. Ao alinhar os objetivos personalizados do PEI com os princípios flexíveis e

adaptativos do DUA, os educadores podem proporcionar uma educação que reconhece e valoriza a diversidade dos estilos de aprendizagem e das necessidades dos alunos. Estudos e pesquisas corroboram a eficácia dessa integração, apontando para um futuro promissor na educação inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A integração do Plano Educacional Individualizado (PEI) e do Desenho Universal para a Aprendizagem (DUA) representa um avanço significativo na promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos. O PEI, ao oferecer diretrizes personalizadas que atendem às necessidades específicas de cada estudante com deficiência, e o DUA, ao fornecer uma estrutura flexível e adaptativa para a apresentação, expressão e engajamento no aprendizado, juntos, potencializam o desenvolvimento acadêmico e social desses alunos. A sinergia entre essas abordagens permite que os educadores criem ambientes de aprendizagem verdadeiramente inclusivos, onde todos os alunos possam participar e prosperar, independentemente de suas necessidades individuais.

A implementação conjunta do PEI e do DUA não apenas melhora a acessibilidade e a participação dos alunos com deficiências, mas também promove uma cultura escolar que valoriza a diversidade e a equidade. Estudos indicam que quando os objetivos e as acomodações do PEI são alinhados com os princípios do DUA, os alunos demonstram maior engajamento, motivação e sucesso acadêmico. Além disso, a colaboração entre educadores, pais e especialistas, conforme incentivada por ambas as abordagens, é essencial para a criação de um plano educativo eficaz e para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas. Essa cooperação multidisciplinar assegura que as necessidades específicas de cada aluno sejam plenamente atendidas, promovendo seu desenvolvimento integral.

Em resumo, a interseção entre o PEI e o DUA oferece uma abordagem robusta para a educação inclusiva, atendendo às demandas legais e pedagógicas estabelecidas pelas políticas nacionais de inclusão escolar. Ao incorporar essas metodologias, as escolas podem garantir que todos os alunos, independentemente de suas habilidades ou necessidades, recebam uma educação de qualidade que os prepare para uma vida plena e produtiva. O avanço contínuo na formação de professores e na implementação dessas práticas garantirá que a educação inclusiva não seja apenas um ideal, mas uma realidade concreta e eficaz em nosso sistema educacional.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, 2015.

CARRILHO, R. A. M. O trabalho colaborativo na inclusão de alunos com deficiência: estudo de caso. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2011.

CAST. Universal design for learning guidelines. Wakefield, MA: **Center for Applied Special Technology**, 2011.

COSTA, D. S.; SCHMIDT, C. Plano Educacional Individualizado para estudantes com Autismo: revisão conceitual. **Cadernos de Educação**, n. 61, pp. 102-128, jan./jun. 2019.

CRUZ, D. et al. O Plano Educacional Individualizado como instrumento de promoção da inclusão escolar. **Revista de Educação Especial**, v. 23, n. 3, p. 357-376, 2015.

DAMIANI, M. F. A. Trabalho colaborativo e a construção de estratégias para a educação inclusiva. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 29, n. 102, p. 927-950, set./dez. 2008.

GLAT, R.; PLETSCHE, M. D.; FONTES, R. S. Educação inclusiva & educação especial: propostas que se complementam no contexto da escola aberta à diversidade. **Educação Especial**, Santa Maria, v. 32, n. 2, p. 343-356, 2007.

GESSER, M. et al. Inclusão escolar: dilemas e possibilidades. **Cadernos de Pesquisa**, v. 42, n. 145, p. 198-215, 2012.

HALL, T.; MEYER, A.; ROSE, D. Universal Design for Learning in the Classroom: Practical Applications. New York: Guilford Press, 2012.

HARTMANN, E. S. Universal design for learning: Strategies for inclusion in the general education classroom. **Journal of Special Education Apprenticeship**, v. 4, n. 1, p. 19-29, 2015.

KATZ, J. The Three Block Model of Universal Design for Learning (UDL): Engaging students in inclusive education. **Canadian Journal of Education**, v. 36, n. 1, p. 153-194, 2013.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. São Paulo: Cortez, 2008.

MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2002.

MELLO, G. N.; HOSTINS, R. C. Políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 48, n. 168, p. 538-559, 2018.

NUNES, C.; MADUREIRA, I. Desenho Universal para a Aprendizagem: Construindo práticas pedagógicas inclusivas. **Da Investigação às Práticas**, 5(2), 126 – 143, 2015.

NOVAK, K. **UDL Now!: A Teacher's Guide to Applying Universal Design for Learning in Today's Classrooms**. Wakefield, MA: CAST Professional Publishing, 2016.

RALABATE, P. K. **Universal Design for Learning: Meeting the Needs of All Students**. National Education Association, 2011.

REDIG, M.; MASCARO, S.; DUTRA, R. G. A importância do Plano Educacional Individualizado na inclusão escolar. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 23, n. 4, p. 553-567, 2017.

ROSE, D.; MEYER, A. **Teaching Every Student in the Digital Age: Universal Design for Learning**. Alexandria, VA: Association for Supervision and Curriculum Development, 2006.

SILVA, G. L.; CAMARGO, S. P. H. C. Vivência de práticas inclusivas em sala de aula: possibilidades a partir do Desenho Universal para a Aprendizagem. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v.16, e9107, 2021

SILVA, G.L., CAMARGO, S.P., MELLO, M.P., COSTA, D. S. Contexto histórico e político para uma ação propositiva de organização e operacionalidade do Plano Educacional Individualizado de estudantes com deficiências. **Education Policy Analysis Archives**, Vol. 30, No. 85, 2022.

SMITH, A. B. The Individualized Education Plan (IEP) and Universal Design for Learning (UDL): A Perfect Match. **Journal of Special Education Technology**, v. 34, n. 2, p. 108-119, 2019.

TANNÚS-VALADÃO, G.; MENDES, E. G. Planejamento educacional individualizado: características, importância e desafios. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 24, n. 2, p. 181-194, 2018.

VASCONCELOS, C. dos S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico**. 8. ed. São Paulo: Libertad, 2002.

VITALIANO, L.; PRAIS, J.; SANTOS, M. S. Desenho universal para a aprendizagem: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Brasileira de Educação Especial**, v. 25, n. 3, p. 513-530, 2019.

ZERBATO, A. P.; MENDES, E. G. Desenho universal para a aprendizagem como estratégia de inclusão escolar. **Educação Unisinos**, 22(2):147-155, 2018.